

CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER

*ANEXE AO PROJETO E PROCEDEM
DE ACORDO COM PARECER.
12/03/2024*

Projeto de Lei nº 25/2024

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar, com encargos, imóvel que menciona, e dá outras providências.

1 - PREÂMBULO

Vem para análise dessa Procuradoria o Projeto de Lei nº 25/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, cujo objeto é autorizar a doação, com encargos, bem imóvel municipal que especifica a empresa POTENCIAL BIODIESEL LTDA.

2 - CARÁTER OPINATIVO DESTE PARECER

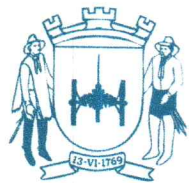
Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, ensina:

“Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, **não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões**, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva.” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., Malheiros, p. 185).

Neste sentido, a Doutrina nos ensina que “Apesar de o parecer facultativo integrar o ato, com o acatamento do mesmo como um de seus fundamentos, o parecer não perde sua autonomia de ato meramente opinativo. Este é o caso para o qual o Gestor não tinha obrigação de ouvir seu corpo técnico, mas decidiu fazê-lo para subsidiar sua decisão. O parecer será obrigatório quando a oitiva do parecerista é parte necessária da instrução do processo. É determinada pela lei como condição de eficácia processual e sua transgressão corresponderá à violação ao princípio do devido processo legal. Mais ainda sim, segundo Di Pietro, a autoridade competente não ficará adstrita ao parecer, que mantém intacta sua natureza opinativa. Contudo, prossegue a autora, para decidir de forma diversa, deverá fundamentar sua decisão.” (https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=127).

3 - DO PROJETO

O Executivo visa com o presente Projeto obter autorização para proceder a doação à empresa POTENCIAL BIODIESEL LTDA de um imóvel público, com duas áreas que



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

totalizam 173.566,00 m², registrado sob os números de Matrícula 30.127 e 30.128 cujo memorial descritivo encontra-se no parágrafo único do artigo primeiro da proposta.

De acordo com o artigo 2º da proposta, o imóvel descrito no artigo 1º destina-se a instalação de uma indústria de esmagamento de soja e uma usina de etanol de milho, sendo que, de acordo com o artigo 3º, *“O não cumprimento, pela empresa donatária, dos encargos de que trata esta Lei ensejará a reversão ao Município da sua propriedade, sem qualquer ônus para o doador.”*

Em sede de justificativa, o Executivo Municipal explicou que:

“A instalação de uma indústria de esmagamento de soja e de uma usina de etanol de milho trará novas oportunidades de negócios e de capital para a cidade, além do aumento dos números de empregos diretos e indiretos dispostos para os lapeanos e do aumento da visibilidade da Lapa no cenário estadual e federal.”

4 – DA LEGISLAÇÃO

A respeito do tema, nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 12. Compete ao Prefeito a administração dos bens públicos municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

Art. 13 - O Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta, quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

Ainda, a Lei Federal nº 14.133/21 sobre o assunto em tela diz que:

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, **será precedida de avaliação** e obedecerá às seguintes normas:

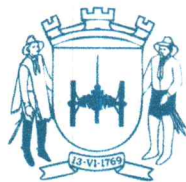
I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, **exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:**

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas “f”, “g” e “h” deste inciso;

(...)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

§ 6º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, **dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado.**

Com relação ao comprovado interesse público já demonstrado na justificativa da proposta, este servidor entende que o presente caso comporta a dispensa da licitação, nos termos da parte final do §6º do artigo 76 da Lei 14.133/2021, ou melhor, não se trata, no opinativo deste servidor, de dispensa de licitação e sim de sua inexigibilidade, conforme nos ensina Marçal Justem Filho em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2ª Ed.", onde explica que "...*haverão casos de inviabilidade de competição, em que somente poderá ser beneficiado um ou alguns dos sujeitos interessados. Isso se passará especialmente nos casos de regularização fundiária, em que exista a ocupação de área específica e determinada. Em tal hipótese, o benefício apenas poderá ser direcionado em favor daquele(s) ocupante(s) da área. Logo, não se configurará um caso de dispensa, mas haverá inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição.*" (Obra citada pág. 1153)

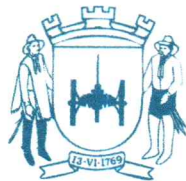
Continuando, o mesmo autor quando fala das doações com encargo, diz que "...A opção por esta alternativa dependerá da relevância do encargo para a consecução dos interesses coletivos e supraindividuais (...) Em outras hipóteses, porém, o encargo assumirá relevância de outra natureza. A doação poderá ter em vista a situação do donatário ou sua atividade de interesse social. Neste caso, não caberá a licitação." (Obra citada pág. 1155)

Desta forma, considerando-se que trata-se de doação com encargo para fins de ampliação de empresa já estabelecida e que a justificativa da doação com encargo esta relacionada com a atuação que a empresa donatária já desenvolve, entende por cabível à dispensa de licitação, lembrando-se, contudo, que a autorização legislativa é apenas um dos requisitos legais para a efetiva doação, cabendo ao Poder Executivo analisar se a licitação será exigível, dispensável ou inexigível, em momento oportuno, devendo, ainda, verificar se o caso enquadra-se ou não em eventuais vedações eleitoral.

Embora a análise trate apenas de um dos aspectos legais envolvidos, qual seja, a autorização legislativa, igualmente como dito acima, compete ao Poder Executivo a análise completa do tema, em especial, eventual vedação eleitoral. Contudo, este servidor entende que a espécie em estudo não encontra vedação na legislação de regência, notadamente pelo fato de que a doação possui encargos onerosos a serem cumpridos pelo donatário, não se tratando, portanto, da distribuição gratuita de bem, senão vejamos os ditames da Lei 9504/1997:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a **distribuição gratuita de bens**, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. [\(Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006\)](#)

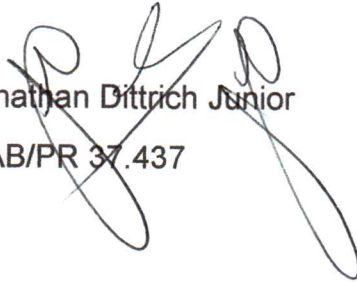
5 – CONCLUSÃO

Desta forma, para tornar possível a continuidade da tramitação da proposta, deve ser encaminhado ofício ao Poder Executivo solicitado deste a apresentação da avaliação do bem a ser doado.

Após tal providencia, sugere-se pela possibilidade da tramitação regular da proposta com a deliberação plenária.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Lapa, 11 de março de 2024.


Jonathan Ditttrich Junior
OAB/PR 37.437

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 331/2024
Data: 11/03/2024 - Horário: 13:21
Administrativo